

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.660 - SP (2019/0299088-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
VANESSA MORAIS KISS - SP314903  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : TAINA COSTA SABINO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de TAINÃ COSTA SABINO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 10/7/2019, prisão posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, em decorrência da apreensão de aproximadamente 5g (cinco gramas) de cocaína e 5g (cinco gramas) de maconha (e-STJ fl. 24).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a ordem foi denegada (e-STJ fls.52/57).

No presente *writ*, afirma a impetrante, em síntese, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, ao argumento de que a decisão que decretou a prisão preventiva não estaria amparada em fundamentação idônea.

Requer, liminarmente, "que o paciente aguarde em liberdade o julgamento do presente *writ*, ainda que mediante o cumprimento de medida cautelar alternativa" (e-STJ fl. 12).

No mérito, pleiteia a revogação da custódia cautelar.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

# Superior Tribunal de Justiça

*habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Esta Corte é firme na compreensão de que a prisão provisória é medida dotada de excepcionalidade, cabível apenas quando demonstrada, em decisão fundamentada, a premente necessidade do resguardo à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Confirmam-se:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. QUADRILHA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal. [...]

3. "Em hipóteses nas quais o acusado responde ao processo em liberdade, a Sexta Turma deste Superior Tribunal tem decidido que a decretação da prisão cautelar na sentença pressupõe a existência de fatos novos capazes de comprovar a imprescindibilidade do recolhimento ao cárcere" (RHC 60.565/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 26/08/2015). [...]

5. Ordem concedida para que o paciente possa aguardar em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, ressalvada a possibilidade de decretação de nova prisão, ou de medidas cautelares alternativas, caso demonstrada a necessidade.

(HC 347.034/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 22/4/2016.)

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (*periculum libertatis*),

# *Superior Tribunal de Justiça*

à luz do disposto no art. 312 do CPP. [...]

(HC 339.833/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 31/3/2016.)

No presente caso, a segregação cautelar está fundamentada nos seguintes termos (e-STJ fls. 49/50):

De rigor, por outro lado, a conversão da prisão em flagrante em preventiva de TAINÃ COSTA SABINO.

Estão presentes a materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria do grave crime de tráfico ilício de drogas, em face do auto de exibição e apreensão, auto de constatação preliminar e do relato das testemunhas.

Com efeito, o investigador de polícia Bruno Rodrigues Jacon alegou que estava no local dos fatos, conhecido ponto de venda de drogas, quando avistou o autuado buscando algo em um terreno e entregando a um transeunte. Assim, abordaram o conduzido Tainã e a outra pessoa, Felipe Souza da Cunha, que estava na posse de uma porção de "maconha". No terreno para onde o autuado havia pego o objeto, foram localizadas quatro porções de "cocaína" e três de "maconha". Por sua vez, Felipe confirmou que havia adquirido uma porção de "maconha" com Tainã, pagando-lhe R\$ 5,00.

Nesse sentido, Felipe Souza da Cunha, ouvido à fl. 2, realmente afirmou que é usuário de "maconha" e dirigiu-se até uma praça, onde adquiriu uma bucha do entorpecentes por R\$ 5,00.

O autuado, por fim, afirmou na unidade policial que é usuário, negando a traficância.

As circunstâncias da prisão, a quantidade de drogas e o depoimento de Felipe são elementos que confirmam o intuito de entrega a terceiros e comercialização.

Ao delito imputado é estabelecida pena que admite a prisão preventiva, nos termos do artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva deve ser decretada, pois, para a garantia da ordem pública, porque se imputa ao acusado a prática de crime extremamente grave, sendo o tráfico de drogas um delito que fomenta a violência e o vício de muitas pessoas, equiparando-se a crime hediondo. Assim, a prisão é medida que acautelará o meio social, segregando-se o investigado, a fim de que não cometa mais delitos tão perniciosos à população em geral.

Acerca do tema, já se decidiu: [...]

Oportuno acrescentar que o conduzido já responde a processo por tráfico, sendo-lhe concedida liberdade provisória, além de apresentar inúmeros antecedentes infracionais, de modo que, malgrado não haja reincidência, infere-se que Tainã faz do comércio espúrio seu meio

# Superior Tribunal de Justiça

de vida.

Ante o exposto, CONVERTO a prisão em flagrante em prisão preventiva de TAINÃ COSTA SABINO, com lastro nos artigos 312 e 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Verifica-se que não existe, na motivação do decreto construtivo, a demonstração da presença de nenhum dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal para subsidiar a custódia preventiva. Não existem fundamentos quanto ao *periculum libertatis* do paciente.

Ademais, a quantidade de entorpecente apreendida com o paciente e ser ele réu primário não se mostram significativas a ponto de justificar imposição da medida cautelar mais gravosa.

Digno de nota que a gravidade abstrata dos crimes não autoriza a decretação da prisão preventiva.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ILEGALIDADE FLAGRANTE. ORDEM CONCEDIDA. PRISÃO REVOGADA. RESSALVADA A POSSIBILIDADE DE QUE NOVA CUSTÓDIA VENHA A SER DECRETADA, SE APONTADAS RAZÕES CONCRETAS.

1. As instâncias ordinárias, in casu, não indicaram fatos concretos aptos a justificar a segregação cautelar do paciente, estando a decisão fundamentada apenas em conjecturas e na gravidade abstrata do tráfico de drogas, o que configura nítido constrangimento ilegal. No caso, a quantidade de droga apreendida (4 mudas de maconha e 885 g de maconha) não constitui elemento concreto a evidenciar a periculosidade do paciente para o fim de justificar a determinação da prisão cautelar.

[...]

3. Ordem concedida, confirmando-se a liminar, para garantir ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso e ressalvada a possibilidade de haver nova decretação de prisão ou a aplicação de uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso se apresente motivo concreto para tanto.

(HC 401.830/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 07/11/2018)

# Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, em cognição horizontal e não exauriente, vislumbro ilegalidade no decreto construtivo, visto que está desprovido de fundamentação concreta acerca dos elementos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal.

Tal o contexto, **defiro a liminar, para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente *habeas corpus***, se por outro motivo não estiver preso.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, bem como ao Juízo de primeira instância, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator